

O ACORDO ENTRE FÉ E RAZÃO NA FILOSOFIA TOMISTA

Diego Oliveira Reis*

Resumo: O homem é um ser que, por natureza, deseja superar todas as suas capacidades. Ele procura desvendar os profundos mistérios que circundam a vida. A razão o auxilia metodicamente na descoberta desses mistérios. A fé o ampara quando não obtém respostas precisas a partir da experiência realizada. A fé e a razão, conciliadas, fazem do homem um ser realizado que pode melhorar a si e sua sociedade.

Palavras-chave: Fé. Razão. Deus. Filosofia.

Introdução

Desde os primeiros séculos da era cristã, pensadores têm-se debruçado sobre a questão da conciliação entre fé e razão. Muito foi e tem sido discutido sobre o assunto, mas ainda observa-se que existem dúvidas relacionadas à importância de ambas para o desenvolvimento da humanidade.

O presente texto é uma reflexão sobre o binômio, fé e razão, e seguirá as seguintes linhas de pensamento: a humanidade caminha de acordo com o desenvolver da razão que acontece de forma mais concreta através da filosofia, da ciência e seus avanços. Na filosofia cristã, a fé, por sua vez, é a grande iluminadora para os momentos nos quais a razão não encontra resposta para determinadas situações humanas. Daí parte-se para um questionamento: existe, então, um acordo legítimo entre fé e razão? É possível pensar numa síntese que resulte de tal interação? Vê-se explicitamente que o homem é um ser que almeja pelo conhecimento e um ser que vive de crenças.

Durante a Idade Média, mais precisamente no período caracterizado de Escolástica, a discussão sobre este tema foi muito acirrada. Esta reflexão está fundamentada no que foi sintetizado pelo pensador aristotélico, Tomás de Aquino

* Graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: dieghoextotocorde@hotmail.com.

(1225-1274) e João Paulo II (1920-2005), tomista contemporâneo. Ambos querem provar que a razão e fé precisam caminhar juntas, pois o homem delas precisa para dar crédito ao que por ele for investigado.

Fé e razão a caminho do *quid* filosófico

Para muitos teóricos, filósofos e sociólogos, a época atual é marcada por fenômenos que representam um divisor de águas com a Modernidade. Chamada e estudada como Pós-Modernidade, ela é caracterizada por mudanças significativas provocadas e vividas pelo homem. Este por sua vez, tem se revelado cada vez mais inseguro no que diz respeito ao conhecimento de si próprio. Perguntas como, *Quem é o homem? De onde vem e para onde vai?* Demonstram, desde as mais remotas épocas, um profundo anseio do conhecimento que o homem tem por si e pela sua origem. A fé e a razão devem, pois, ajudar o homem a encontrar o sentido necessário para sua existência e alcançar a verdade.

Da mesma forma, fé e razão são de suma importância para que o homem encontre a verdade e possa também encontrar a si mesmo. É pelo uso correto da razão que os homens se descobrem e se realizam, encontram o sentido para existirem. Lembremo-nos da máxima do filósofo Sócrates “conhece-te a ti mesmo”. Esse conhecimento de sua própria pessoa levará o homem a ver-se distinto de outros seres, pois é um conhecimento inerente ao homem, único ser criado que possui a capacidade intelectiva. A razão lhe confere grande potencial de conduzir a si e aos outros. A procura pela verdade, que somente pode ser obtida com o auxílio da razão, faz do homem um ser que não se satisfaz facilmente e procura sempre mais abarcar os mais recônditos mistérios da verdade.

Tomás de Aquino reconhece a autonomia da razão, mas não admite o fato de que ela sozinha seja capaz de penetrar nos mistérios de Deus apesar de ser Ele, a sua finalidade. Ele não faz uma exclusão total da razão. Ele a vê como uma luz concedida por Deus ao homem, para que este alcance a ciência do bem e do mal. De fato, o ser humano foi criado por Deus com uma grande capacidade reflexiva que o permite

elaborar metodicamente pensamentos com os quais conduz a humanidade para onde quer, levando-a a um progresso profícuo ou a um retorno ao caos.

A fé é o ato de assentir algo que não é evidente, que não está explícito e proporciona a razão a obter com maior agilidade e credibilidade o seu objetivo: a verdade. Por mais que a razão se esforce para provar determinadas proposições, somente a fé é capaz de lhe conceder a aceitação daquilo que não é evidente e está fora do alcance do seu poder e interno ao seu querer.

A razão orienta a ciência para a tentativa de descobertas de questões emergentes que se afloram ao longo do desenvolver da humanidade. A fé é, para os que creem uma luz que os ilumina em momentos difíceis, fazendo-os aceitar que muitas questões o homem não é capaz de solucionar. Não deve haver oposição entre a razão e a fé. A razão é uma obra do criador inerente ao homem e a fé é um dom que o criador lhe concede e, por isso mesmo, exige uma adesão pessoal. A razão e a fé possuem seus objetos de conhecimentos específicos. A razão é o meio pelo qual o homem domina a natureza através da ciência e suas descobertas, nutrindo o intelecto. A fé, a partir de uma adesão pessoal, é o meio pelo qual o homem nutre a sua vida espiritual. O acordo entre fé e razão parece, em boa medida, corresponder às duas dimensões do homem: a dimensão física (*fisis*) e a dimensão metafísica (espírito, pneuma).

A razão conduz o homem ao conhecimento das leis naturais do cosmos, e a fé o conduz para a transcendência do sobrenatural. A razão requer provas, a fé requer aceitação. O Cristianismo, desde há muitos séculos, busca as luzes da razão para ver melhor o mistério da fé. A razão não pode caminhar sem a fé, pois, onde a razão humana não consegue com toda sua capacidade abarcar determinado mistério, a fé se infiltra como uma luz a iluminar e a orientar o homem, fornecendo respostas sensatas, embora não explicadas racionalmente.

Razão e fé: uma contribuição recíproca

Sendo as verdades de fé inacessíveis à razão, é claro que esta não poderia pretender demonstrá-las sem prejuízo à própria fé, pois isto só confirmaria mais os incrédulos na sua incredulidade, haja vista a precariedade dos argumentos da razão nesta matéria. A percepção da fragilidade destes argumentos, por parte dos incrédulos, só os levaria a desprezar ainda mais a fé.

Todavia, contanto que não pretenda ser demonstrativa nesta matéria, a razão pode ser muito útil à teologia no que concerne à inteligibilidade da fé. Ante a certeza inabalável da fé, a razão, através de comparações bem fundadas, pode colocar-nos diante de algumas “razões” verossímeis dos mistérios. Tais comparações, como não poderiam deixar de ser, também se baseiam nas criaturas. De fato, como todos os nossos conhecimentos naturais, também elas começam pelos sentidos. Ora, estas comparações tiradas das criaturas se justificam, porquanto nas criaturas, enquanto efeitos de Deus subsistem alguns vestígios da natureza divina, pois a causa sempre produz o que é semelhante a si. Consequentemente, podemos chegar a ter alguma inteligência da fé pelas criaturas, mas que não chega, nem de longe, a ser demonstrativa. É o que acentua o Aquinate:

Parece também que se deva considerar que as coisas sensíveis, nas quais tem sua origem o conhecimento racional, conservam em si algum vestígio da semelhança divina, mas tão imperfeito que se mostra totalmente insuficiente para nos esclarecer sobre a substância mesma de Deus. Na verdade, os efeitos têm o seu modo de ser semelhante às causas, visto que o agente produz efeito semelhante a si. Contudo, nem sempre o efeito alcança a semelhança perfeita com o agente. A razão humana, por conseguinte, para conhecer a verdade da fé, que só pode ser evidentíssima para quem contempla a substância divina, ordena-se a esta de modo que dela possa receber semelhanças verdadeiras, as quais, contudo, não são suficientes para que a referida verdade seja compreendida de maneira quase demonstrativa ou enquanto conhecida em si mesma (AQUINO, 1980, p. 56).

E não é só. Dissemos acima que a razão não pode demonstrar as verdades de fé. Tal empresa seria, na verdade, frustrante. No entanto, é preciso acrescer que a razão demonstrativa tem o seu lugar na teologia. Sendo verdade que a razão não pode demonstrar a revelação, não é menos verdadeiro, que nenhuma demonstração, que se

pretenda racional, pode sustentar-se caso venha a contradizer o dado revelado. Nesta hora, é crucial manter-se fiel à máxima: a verdade não pode contradizer a verdade; sob pena da unidade da verdade ser quebrada, a verdade da fé não pode contradizer a razão natural.

Sendo assim, se bem que os textos sagrados nunca servirão de demonstração filosófica para atestar a falsidade de uma doutrina filosófica, eles sempre serão indícios, para o filósofo crente, de que uma doutrina filosófica que contradiga a fé é sempre portadora de um sofisma ou de argumentos não conclusivos, que cabe à razão descobrir e à filosofia refutar. Não se trata de demonstrar o dogma, mas de evidenciar que a demonstração que pretende contradizer o dogma não se sustenta.

O contributo da fé para a razão não poderia ser menos significativo. Já sabemos que, dentro da economia da Revelação, existe toda uma gama de verdades racionais que dificilmente poderiam ser alcançadas, em sua pureza, pela razão sozinha. Esta riqueza está disponível ao filósofo, que a busca no seio da Revelação, mas que pode, doravante, sacando-as daí, dar a elas uma elaboração estritamente racional. Amparado pela infalibilidade da Revelação, que lhe fornece o substrato da sua especulação, o filósofo pode então encontrar subsídios que lhe facilitem, sobremaneira, a reconstrução destas mesmas verdades, só que desta vez com os métodos que lhe são específicos, como observa o filósofo Ettiéenne Gilson:

Este corpo de doutrinas filosóficas verdadeiras e que o pensamento humano dificilmente possuiria intacto e completo somente com os recursos da razão, pode o filósofo, construí-lo facilmente, embora por um método puramente racional, se já lhe tiver sido apresentado pela fé (GILSON, 1995, p. 49).

Sequer a ciência das coisas sensíveis, em seus diversos ramos, pode ser indiferente ao teólogo. Não que tais ciências não tenham os seus foros próprios, mas sim que a fé não deixa de usá-las a seu favor. Tomando-as a seu favor, a fé poderá recorrer a elas, tornando-as propícias à instrução do dogma. Ademais, a correção no conhecimento natural é indispensável à teologia, visto que, por ele, conhecendo melhor as criaturas, conhecemos de certa forma, melhor a Deus, já que, enquanto

efeitos dEle, conservam certa semelhança com Ele. Desta maneira, mesmo um conhecimento puramente natural, pode tornar-se um instrumento conveniente à destruição dos erros referentes a Deus.

O “acordo” entre razão e fé

Cumpre verificarmos se, para além de uma possível “divergência” externa ou divergência “social”, existe um acordo interno que une razão e fé. Para começar, é necessário que concordemos com o seguinte axioma: só o falso é contrário ao verdadeiro (AQUINO, 1980, p. 43). Por isso, nenhum conhecimento verdadeiro pode contradizer o outro. Agora bem, o conhecimento que um mestre infunde na alma do seu discípulo deve necessariamente estar contido na sua ciência: “[...] na ciência do mestre está contido o que ele infunde na alma do discípulo” (AQUINO, 1980, p. 36). Ora, Deus é o autor da natureza humana e infundiu nela os primeiros princípios da razão, segundo nos diz Tomás: “[...] o conhecimento dos princípios naturalmente evidentes é infundido em nós por Deus” (AQUINO, 1996, p. 54). Assim, nada que os contradiga pode proceder da ciência divina, posto que isto conduza à pressuposição que existe contradição em Deus. Dessa maneira, entre uma razão que provém de Deus e uma revelação que também procede dEle, não pode haver contradição possível.

Assim também, tudo o que é contrário a eles contraria a sabedoria divina e não pode estar em Deus. Logo, as verdades recebidas pela revelação divina não podem ser contrárias ao conhecimento natural (AQUINO, 1996, p. 147).

Mas esse acordo não se limita a um raciocínio. Na verdade, ele exerce uma influência determinante em todo o pensamento do Aquinate. A fé, enquanto modo de conhecer é inferior ao modo de conhecer natural, visto que ela não nos fornece um conhecimento demonstrativo do seu objeto. No entanto, nem por isso ela deixa de ser uma forma de conhecimento superior, que assunta, por assim dizer, a nossa razão e isto em virtude da eminência do seu objeto. Por conta disso, ela nos coloca de posse de um conhecimento que, abandonados às nossas faculdades naturais, não seríamos

capazes de adquirir. Na verdade, ela exerce sobre a nossa razão, uma série de influências, e a rege, sem destruir a sua autonomia, como o superior ao inferior. Como a graça não destrói a natureza, mas a sara e aperfeiçoa, assim também a fé não destrói a nossa razão, senão que a torna mais fecunda e menos vulnerável ao erro.

A fé na revelação não terá, pois, como resultado, destruir a racionalidade de nosso conhecimento, senão permitir que esta se desenvolva mais completamente; do mesmo modo que a graça não destrói a natureza, senão que a sara, fecunda e aperfeiçoa, assim a fé, pela influência que exerce desde o alto sobre a razão como tal, permite o desenvolvimento de uma atividade racional mais fecunda e verdadeira (GILSON, 1995, p.73).

A fé assegura-nos de que sempre poderá assinalar os erros da razão, já que se baseia na autoridade infalível de Deus. A razão, deixando-se guiar pela fé, que lhe aponta os eventuais erros, pode criticar-se a si mesma e corrigir-se a si própria. Com isso, longe de abdicar dos seus procedimentos próprios, a razão os aperfeiçoa, quando se põe a serviço da fé.

A *Fides et Ratio*

Trazendo à tona o assunto, o tomista e papa João Paulo II, em 14 de setembro de 1998, promulgou para os bispos da Igreja Católica a carta encíclica *Fides et Ratio* (Fé e Razão), que tem como finalidade fazer com que os formadores de opinião (cientistas, filósofos e teólogos) se empenhem na busca de uma Filosofia que tenha como objetivo harmonizar fé e razão, para dar ao homem contemporâneo as condições de responder aos apelos mais profundos de sua existência.

O autor inicia a encíclica afirmando: “A Fé e a Razão constituem como duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade” (João Paulo II. 1998 p. 5). Constatata-se que um pássaro ou um avião não levanta voo somente com uma das asas. As duas asas são essenciais para o voo acontecer.

Desejando solicitar os que são responsáveis pelo pensamento e a cultura para que procurem apontar ao essencial, sem qualquer restrição nem limite algum, a encíclica é uma reflexão de grande densidade filosófica e teológica. Longe de assumir

tonalidade de condenação, João Paulo II põe antes um sério problema que não poderá deixar de suscitar um amplo debate entre os homens de cultura: *por que é que a razão se quer impedir a si mesma de tender para a verdade, enquanto ela, por sua própria natureza, está inclinada para alcançá-la?* Ela possui os instrumentos idôneos que lhe permitem a busca perene da verdade, não conhecendo outro limite senão a própria verdade. Apesar disso, diversos movimentos filosóficos contemporâneos, consequência extrema da crise atual do pensamento moderno, insistem em quererem idealizar o estado de debilidade da razão, impedindo-a de fato de ser ela mesma.

Por outro lado, a fé cristã não poderia confrontar-se por muito tempo com uma razão débil; de fato, também ela tem necessidade de uma razão que se fortalece com a verdade, para justificar a liberdade plena dos seus atos. Em última análise, o objetivo de *Fides et Ratio* é dar novamente confiança ao homem contemporâneo. O Papa tinha querido chamar a atenção para algumas verdades de ordem moral que estavam esquecidas ou deturpadas, com isso, ele pretende tratar da própria verdade e do seu fundamento visto na sua relação com a fé. Dever esse que João Paulo II sente que está muito para além de uma certamente justificada exigência.

Conclusão

Considera-se notável a grande valia do conhecimento para a compreensão da fé. É a razão que fornece ao homem a fundamentação para o bem acreditar e é o bem acreditar que faz com que o homem procure cada vez mais incansavelmente a verdade. Mesmo sendo fatigante a construção do conhecimento, o homem não pode parar, pois o anseio pela verdade é uma característica imprescindível da pessoa humana.

Não basta somente crer; urge também que se comprehenda a fé. Não se utiliza a razão para acreditar numa verdade de forma cega e meramente inerte. É preciso demonstrar com a razão as verdades professadas pela fé. Para tal demonstração é preciso uma lógica, uma coerência com os princípios essenciais da razão.

O homem não pode perder o anseio de investigação do saber; precisa estar sempre construindo e se abrindo a novos meios para o alcance da sabedoria. Novos horizontes para a construção do conhecimento devem ser explorados, principalmente quando a intenção é o progresso e o bem estar da humanidade. O desejo de alcançar a verdade não pode ser menosprezado e, sim, deve receber apoio de todos que confiam no homem como um agente capaz de transformação. Mesmo quando a intenção é provar algo que transcende os limites do conhecimento, o homem deve ser incentivado a continuar investigando. É preciso que as pesquisas orientem o homem para a verdade última do sentido das coisas.

Referências

AQUINO, Tomás. **Suma contra os gentios**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1996 (2 v).

_____. **Suma teológica**. Porto Alegre; Caxias do Sul: Sulina Editora; Universidade de Caxias do Sul, 1980.

GILSON, Ettiéenne. **A filosofia na idade média**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

PAULO II, João. **Fides et Ratio**: sobre as relações entre fé e razão. São Paulo: Paulus, 1998.



[Revista Pandora](#)